

# Promovendo a Inclusão na Educação Especial: Estratégias e Desafios

Ana Betariz de Faria Marques <sup>1</sup>, Jederson Willian Pereira de Castro <sup>2</sup>  
anabiamarques270372@gmail.com; jedersonwillian@gmail.com

<sup>1</sup> *AJK Incluir \_ Brasil*, <sup>2</sup> *Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto, Portugal*

## Resumo

A educação inclusiva é um direito garantido pela Constituição Federal Brasileira pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência ou necessidades especiais. No entanto, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos para garantir políticas públicas e uma educação de qualidade. Este trabalho tem por objetivo analisar e implementar um programa de Educação Especial para melhoria e acesso dos alunos com deficiência e necessidades especiais nas escolas do município de Sete Lagoas/MG. A metodologia utilizada foi estudo de caso com abordagem qualitativa. Realizaram-se observações em três escolas, foram feitas pesquisas e entrevistas com pais de alunos especiais e professores da educação especial. A partir dos dados obtidos, fez-se a análise de conteúdo. Os resultados revelaram a falta de acesso a recursos e equipamentos necessários para uma educação inclusiva de qualidade, desconhecimento dos professores sobre políticas de inclusão, ausência de cursos de capacitação e formação continuada para professores e equipe escolar para atender às especificidades dos alunos especiais, falta de acessibilidade escolar, desconhecimento dos pais a cerca dos direitos dos filhos especiais, entre outros. Logo, são necessárias políticas públicas mais efetivas para promoção da acessibilidade, formação continuada para professores e equipe escolar sobre educação inclusiva e metodologias específicas para atender às necessidades dos alunos com deficiência ou necessidades especiais, avaliação individualizada desses alunos para identificar suas habilidades e necessidades específicas e adaptação do currículo e atividades de acordo com cada aluno, adoção de tecnologias assistivas para alunos com deficiência visual, auditiva, motora e intelectual; campanhas de sensibilização da comunidade escolar e da sociedade em geral sobre a importância da educação inclusiva e a valorização das diferenças individuais.

**Palavras-Chave:** Educação. Inclusão. Estratégias. Desafios.

## 1 A educação especial seus desafios e estratégias

A educação especial é resultado de muitas lutas para a implantação da inclusão social. Trata-se de uma modalidade da educação que atende a crianças e jovens, além de percorrer por todas as outras e também por todos os níveis de ensino; está totalmente voltada para o atendimento às pessoas com deficiências, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento. Embora tenha progredido significativamente nas últimas décadas, ainda enfrenta vários desafios e problemas nas escolas. Conforme Hiaqueta, et.al, a educação especial se caracteriza pela: “adequação das propostas curriculares recursos humanos, físicos, materiais, financeiros, no sentido de garantir às pessoas com necessidades educacionais especiais, educação de qualidade respeitando seus ritmos próprios”. Esses aspectos trabalhados adequadamente permitem a essas pessoas o desenvolvimento pleno e sua integração à sociedade. Aqui estão alguns dos principais problemas enfrentados pela educação especial:

Uma das questões mais críticas é a falta de recursos adequados e financiamento insuficiente para apoiar a educação especial. Essa ausência de recursos afeta a disponibilidade de materiais educacionais especializados, tecnologia assistiva, terapeutas e profissionais especializados. Tudo isso vai de encontro ao que se trata na legislação.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008).

A infraestrutura inadequada é também um desafio constante em boa parte das escolas, muitas ainda enfrentam a ausência de infraestrutura física adequada para acomodar as necessidades de alunos com deficiência. Instalações como rampas de acesso, banheiros adaptados e salas de aula inclusivas são essenciais para garantir a acessibilidade e a participação plena dos alunos com deficiência.

No contexto brasileiro, quando se trata de acessibilidade, as condições físicas e estruturais de algumas escolas podem estar comprometidas especialmente por se tratar de prédios construídos em épocas onde não se discutia a importância da inclusão por meio da infraestrutura, sem a inserção da filosofia do desenho universal e a ausência de projetos arquitetônicos baseados em leis específicas que emergem para garantir espaços acessíveis enquanto direito da criança (ELIAS, 2021, p. 05 apud CORRÊA; MANZINI, 2012).

No que se refere ao profissional dessa área, pode-se afirmar que há uma formação insuficiente de professores, sendo que muitos não recebem treinamento adequado em educação especial durante sua formação inicial. A falta de conhecimento e habilidades específicas para atender às necessidades de alunos com deficiência pode resultar em práticas pedagógicas inadequadas e na falta de suporte necessário. De acordo com Pinheiro et.al, (2022), boa parte dos professores colocam como uma das dificuldades que mais interfere em sua atuação como profissionais a ausência ou o pouco incentivo da escola para proporcionar formação contínua na área de educação especial e educação inclusiva. Além disso, há também pouco interesse dos professores do ensino regular em formações na área que culminando na incompreensão do trabalho exercido na educação especial.

As propostas de inclusão social não admitem mais a exclusão e a segregação, mas isso não acontece em sua totalidade na vida real. Alguns alunos com deficiência são segregados em salas de aula separadas, em vez de serem incluídos em turmas regulares. A segregação pode limitar as oportunidades de interação social e o acesso a um currículo abrangente, prejudicando o desenvolvimento e o progresso acadêmico dos alunos. Conforme Oliveira et.al, (2020): “Os alunos jamais devem ser desclassificados ou inferiorizados por suas diferenças. As escolas não podem ser um lugar que colaborem com a discriminação, segregação e esquecimento”.

O Plano de educação individualizado (PEI), de acordo com Braun et. Al, (2015), atende às necessidades individuais do aluno que são a base para sua elaboração, tratando-se, portanto de: “um esboço dessas necessidades e de como elas devem ser atendidas, assim como a priorização das tarefas e os modos de avaliação”. Esse atendimento se torna comprometido quando é insuficiente. Devido ao grande número de alunos e à falta de recursos, muitas vezes é difícil fornecer um atendimento individualizado adequado a cada aluno. A Resolução n.4/2009, em seu Artigo 9º, prevê que:

A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento (BRASIL, 2009).

A compreensão do processo de inclusão social e a forma de tratamento que deve ser dispensado às pessoas com deficiências ainda é vista por muitas pessoas como uma dificuldade a ser superada. Conforme Reis, et.al, (2019): “Compreender que a deficiência é uma produção social, coloca em cheque a visão ainda predominante que se expressa no estigma da incapacidade que se materializa-se em prática social excludente”. Essa é uma realidade ainda vivenciada por muitas pessoas e se constitui também como um desafio para a educação especial. Alunos com deficiência ainda enfrentam estigma e discriminação dentro do ambiente escolar. O preconceito e a falta de compreensão podem levar a tratamentos injustos, bullying e isolamento social, o que afeta negativamente o bem-estar emocional e o engajamento dos alunos.

Por fim, a transição inadequada para a vida adulta que se torna um momento crítico para os alunos com deficiência. No entanto, muitas vezes faltam programas de transição adequados que preparem os alunos para a independência, o emprego e a participação plena na sociedade.

Esses são apenas alguns dos problemas que a educação especial enfrenta nas escolas. É essencial que sejam implementadas políticas e práticas que abordem essas questões, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, inclusiva e que atenda às suas necessidades individuais.

Para muitos dos desafios apresentados, há estratégias que corroboram para soluções que se adaptam ao momento que exige uma ação rápida e objetiva.

O docente pode usar a criatividade para fazer readequação do ambiente na sala de aula, organizar atividades na qual os mesmos vivenciem e possam aprender, conhecer o aluno, realizar trabalhos coletivos, dentre outros. É necessário termo transparência, já que o intuito maior é o de evitar o improvisado, a ausência de perspectiva e, desta forma, colaborar na construção do conhecimento que todos têm direito. (CASTRO, et. al. 2021, p. 05).

As estratégias apresentadas não traduzem a solução dos problemas apresentados que são muito maiores do que improvisos ou adaptações. Os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam algumas estratégias que devem ser aplicadas à educação especial:

1) adaptação de materiais de uso comum em sala de aula; 2) adoção de sistema alternativo de comunicação adaptado às possibilidades do aluno; 3) adaptação dos elementos materiais, tais como, edifício escolar, mobiliário, materiais de apoio pedagógico; 4) adoção de métodos e técnicas de ensino e aprendizagem específicas para o aluno; 5) utilização de técnicas, procedimentos e instrumentos de avaliação distintos da classe, quando necessário, sem alterar os objetivos da avaliação e seu conteúdo; 6) priorização determinados objetivos e conteúdos (BRASIL, 1999).

É bem nítido nas escolas brasileiras que tais estratégias, em sua maioria, não são devidamente implantadas pelos gestores e professores pela ausência de recursos, estrutura física, capacitação de profissionais, materiais específicos ao público. Diante de tantas dificuldades, as escolas enfrentam uma realidade complexa em que o aluno é o maior prejudicado pelo fato de não ter acesso à educação que lhe é direito.

As entrevistas e depoimentos apresentados neste trabalho comprovam a realidade da educação especial bem diferente do que se pretende na legislação.

## **2 Entrevistas e depoimentos**

### **2.1 Mãe de aluno autista**

1. Quais são os direitos do seu filho com necessidades especiais em relação à educação?

Ele tem direito a uma educação de qualidade, mas não acontece, não vejo evolução no meu filho.

2. Você está ciente dos recursos e serviços disponíveis para apoiar a educação de seu filho com necessidades especiais?

A escola tem recursos materiais, mas não sei se são usados. Os serviços como fonoaudiólogo, psicólogo, neurologista, TO, se quisermos temos que procurar em outros lugares, não tem nas escolas.

3. Quais são os seus deveres como pai/mãe de um aluno com necessidades especiais em relação à educação?

Penso que seja apoiar a escola.

4. Você sente que seus direitos estão sendo respeitados quando se trata da educação especial do seu filho?

Não.

5. Você já teve alguma dificuldade em acessar os serviços ou recursos necessários para apoiar a educação de seu filho? Se sim, como lidou com essa situação?

Sim, meu filho autista ficou sem professor de apoio na escola; ele é autista severo, imagina como foi sofrido para ele. Tirei ele da escola, mas o conselho tutelar me obrigou a levá-lo de volta, então fiz a opção de colocá-lo na APAE.

## **2.2 Professor de aluno autista**

1. Quais são os direitos e deveres dos professores em relação à educação especial?

Direito a uma educação de qualidade.

2. Você se sente bem informado sobre os direitos dos alunos com necessidades especiais?

Não.

3. Quais são os recursos disponíveis para ajudar os professores na educação de alunos com necessidades especiais?

Alguns recursos materiais temos aqui na escola, mas nem sempre usamos.

4. Como você lida com as necessidades individuais de cada aluno em sua sala de aula inclusiva?

Acho muito difícil, temos os alunos típicos que precisam muito de atenção, temos os atípicos que precisam de atendimento especial.

5. Você já teve alguma dificuldade em garantir que os direitos dos alunos com necessidades especiais fossem atendidos? Se sim, como lidou com essa situação?

Várias vezes, me sinto muito mal.

## **2.3 Depoimento de mãe de aluno com deficiência**

Eu estou me sentindo sem esperança, não consigo intérprete para minha filha, ela não quer ir à escola, mas mesmo indo, não vai entender nada, ela é surda e precisa de Libras para se comunicar. Pedi providências à escola que também não tem muito o que fazer, o edital de convocação está em aberto, não vem ninguém.

Tenho que mandá-la à escola, ela chora, eu também choro sem esperanças.

É um descaso absurdo que acontece na minha cidade em relação a educação especial.

## 2.4 Depoimento da equipe gestora

Infelizmente, nossa realidade. A escola fica longe de Sete Lagoas, não tem um transporte próprio para os professores, tem que vir com recursos próprios. Muitas vezes o salário que recebem não dá para pagar o transporte. Necessitamos muito de apoio. Alunos da educação especial estão prejudicados.

## 3 Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais: educação especial. Brasília, 1999.
- BRASIL, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/ SEESP, 2008. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br).
- Ministério da Educação. Resolução N° 4: Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.
- BRAUN, Patrícia, VIANNA, Márcia. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL E PLANO INDIVIDUALIZADO: desdobramentos de um fazer pedagógico. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: <https://r1.ufrrj.br/im/oeies/wp-content/uploads/2015/03/Livro-Educa%C3%A7%C3%A3o-Especial-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.
- CASTRO, Keyla Nayane dos Santos; SILVA, Kainy Lannay Pereira da; DUARTE, Solaine de Oliveira Martins. OS DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR. Faculdade Ages Senhor do Bonfim- BA. Bahia: 2015. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17591/1/ARTIGO%20Inclus%C3%A3o%20Kainy%2C%20Keyla%2C%20Solaine%2020021.%20%281%29%20%2099.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.
- ELIAS, Vitória Régia De Souza. INFRAESTRUTURA E INCLUSÃO: uma análise do ambiente escolar para alunos com deficiência. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Educação. Universidade Cidade de São Paulo (UNICID). São Paulo: 2021. Disponível em: <https://repositorio.unipe.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4115/3/VITORIA%20REGI%20A.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.
- HIAQUETA, Vera Lúcia Albino; PAULINO, Paulo Cesar; PROCÓPIO, Campus Cornélio. A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS ESCOLAS.
- OLIVEIRA, Iana Thaynara Trindade; DA SILVA FEITOSA, Francisca; DA SILVA MOTA, Janine. Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais: Desafios da prática docente. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 8, p. 81-95, 2020.
- PINHEIRO, Daiane; FREIRE, Sofia. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Diferentes Contextos, Diferentes Efeitos. **Revista Exitus**, v. 12, p. e022026-e022026, 2022.
- REIS, Joab Grana; ARAÚJO, Suéllen Melo; GLAT, Rosana. Autopercepção de pessoas com deficiência intelectual sobre deficiência, estigma e preconceito. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 1-16, 2019.